



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 03 de
2 setembro de 2019, na Sala Operacional 01 do Centro Integrado de Gestão de Riscos e
3 Desastres (Defesa Civil), localizada na Av. Ivo Silveira, 2320 - Capoeiras,
4 Florianópolis/Santa Catarina foi realizada a 7ª Reunião Plenária Ordinária do
5 CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da conselheira e Presidenta do CEDIM/SC
6 Célia Fernandes, representante da Associação Brasileira de Portadores de Câncer
7 (AMUCC). A 7ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das Conselheiras
8 Titulares representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular Aretusa
9 Larroyd, representando a Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos
10 (GEMDH - SDS); Conselheira Titular Letícia Martins Falcão Ferreira, representante da
11 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS); Conselheira Titular Heloíse
12 Violene Guil Suda, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA);
13 Conselheira Titular Francieli Magri, representando a Secretaria de Estado da
14 Agricultura e da Pesca (SAR); Conselheira Titular Adriana Maria da Silva Rubini,
15 representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES); e Conselheira Titular Angela
16 Cristina Pelicioli, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE). Participou
17 também, as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não
18 Governamentais: Conselheira Suplente Eva Santos da Rosa, representando a Associação
19 Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira Titular Paula Helena Lopes,
20 representante do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP-12); Conselheira
21 Suplente Rita de Cassia Maraschin da Silva, representante da Federação dos
22 Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina (FETRAF-
23 SC); Conselheira Titular Júlia Merlim Borges Eleutério e Conselheira Suplente Juliane
24 Patrícia Tavares, ambas representantes do Movimento Jovem de Araquari; Conselheira
25 Titular Tatiane Mariza de Souto e Conselheira Suplente Alliny Burich da Silva,
26 representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselheira Titular
27 Rosaura de Oliveira Rodrigues, representando a Rede Nacional Feminista de Saúde,
28 Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos. A 7ª Reunião Plenária Ordinária – ano 2019,
29 contou ainda com a participação de Tanara Rogowski dos Santos, Secretária Executiva
30 do CEDIM/SC e Carolina Alexandre da Costa, estagiária do CEDIM/SC; Também



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 estiveram presentes as representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher -
32 CMDM de Joinville/SC, Ana Paula Nunes Chaves e Bruna Boldo Arruda; As novas
33 Conselheiras do CEDIM/SC, Fabíola Andrade Schmitz, representante da Secretaria de
34 Estado do Desenvolvimento Social (SDS) e Kelly Cristina Schafer Batistella,
35 representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Bem como, os
36 estagiários da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SDS), Martina S.
37 Formagio e Matheus Pickler Cruz. Justificaram ausência: Conselheira Titular Patrícia
38 Maria Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de Estado da Segurança
39 Pública (SSP); Conselheiras Titular Lia Fernandes e Suplente Edivana Cadona, ambas
40 representantes da Secretaria de Estado da Educação (SED); Conselheira Titular Flávia
41 de Mattos Motta e Conselheira Suplente Gláucia de Oliveira Assis, representantes do
42 Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de
43 Santa Catarina (UDESC) e ainda a Conselheira Titular Sueli Silvia Adriano,
44 representante da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT-SC). A 7ª
45 Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2019 teve a seguinte pauta: 1.
46 Levantamento do Quorum; 2. Aprovação da Ata da 6ª Reunião Plenária Ordinária –
47 Ano 2019, realizada em 06 de agosto; 3. Relatório das Atividades do CEDIM/SC –
48 agosto de 2019; 4. Reforma Administrativa – Escolha das novas Representações
49 Governamentais; 5. Comissões Permanentes: 5.1 Comissão de Enfrentamento à
50 violência; 5.2 Comissão de Comunicação; 5.3 Comissão de Legislação, Normas e
51 Orçamento; 5.4 Comissão da Conferência de Políticas para as Mulheres; 6.
52 Programação Agosto Lilás; 7. Aprovações de Encaminhamentos; 8. Informes Gerais. 9.
53 Encerramento. A 7ª Plenária Ordinária teve início às 14h00. Célia saudou as
54 participantes e sugeriu uma breve apresentação das Conselheiras. Após a apresentação
55 das Conselheiras e participantes, Fabiola da Secretaria de Desenvolvimento Social,
56 apresenta o projeto da Diretoria de Direitos Humanos a respeito da participação de
57 estagiários nas plenárias de todos Conselhos, com o objetivo de identificar as atividades
58 e representatividades de cada Conselho de Direitos, na sequência pede licença para que
59 a Martina e Mateus, estagiários, participem das plenárias do CEDIM, ato contínuo Célia
60 faz um breve apresentação do CEDIM e dá boas-vindas à Martina e Mateus, ato



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

61 endossado pelas demais Conselheiras. Seguindo a Pauta, após o levantamento do
62 quórum, Célia deu continuidade cuja ordem foi a aprovação da ata da 6ª Reunião
63 Plenária Ordinária de 2019, realizada em 6 de agosto, Célia chamou atenção a respeito
64 da Nota de Repúdio sugerida pela Rosaura na última plenária, contra uma fala do
65 Coronel Araújo Gomes, sobre a flexibilização do processo para obtenção de resultados
66 nos casos de violência, em um evento na OAB/SC. Na ocasião restou deliberado que
67 seria importante que a OAB/SC assinasse a nota de repúdio em conjunto com o
68 CEDIM, ficando a Conselheira Tatiane, representante da instituição, responsável por
69 verificar a possibilidade. Tatiane então explicou que levou a demanda à Comissão da
70 Mulher Advogada, que foi uma das organizadoras do aludido evento, e que após
71 deliberaram sobre o episódio, entenderam que não era caso de nota de repúdio, pois
72 aquele era um ambiente de debate, de opiniões e que na mesma ocasião a fala do
73 Coronel Araújo Gomes foi rebatida pela Delegada Patrícia. Paula questiona que quando
74 a Patrícia rebateu a fala, o evento já estava esvaziado, Tatiane fala sobre a possibilidade
75 do CEDIM emitir a Nota de Repúdio, Célia sugere que o assunto fosse retomado no
76 final da reunião para deliberação. Na sequência, Tanara apresenta o relatório das
77 atividades do mês de agosto. Célia fala sobre a importância das Conselheiras se
78 identificarem como representantes do CEDIM, quando estiverem participando de
79 eventos. Célia deu continuidade passando para a discussão a respeito da Reforma
80 Administrativa (item 4 da pauta), considerando que foram extintas duas pastas com
81 representação no CEDIM, quais sejam: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e
82 Esporte (SOL) e Secretaria de Estado do Planejamento e a necessidade de substituição
83 dessas duas secretarias. Após ampla discussão sobre o tema, as conselheiras entenderam
84 que seria importante a participação no Conselho das seguintes pastas: 1) Secretaria de
85 Estado da Administração Prisional e Socioeducativa - SAP; 2) Defesa Civil; 3) Agência
86 de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR; 4) Fundação
87 Catarinense de Cultura – FCC; 5) Fundação Catarinense de Esporte – FESPORTE e 6)
88 Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ. Colocado em votação, as Conselheiras
89 escolheram para substituir as secretarias extintas a Secretaria de Estado da
90 Administração Prisional e Socioeducativa – SAP e a Agência de Desenvolvimento do



91 Turismo de Santa Catarina - SANTUR. Paula, Alliny e Ângela sugeriram, considerando
92 que pode ser moroso o processo legislativo para mudança da legislação do CEDIM a
93 fim de incluir as duas novas representações, a expedição de uma Resolução para que as
94 novas representações possam integrar imediatamente o Conselho, especialmente, em
95 razão da organização nos municípios e no Estado da Conferência de Políticas para as
96 Mulheres. Ato contínuo, Célia passa para o item 5 da pauta, referente as comissões
97 permanentes, iniciando pela Comissão de Enfrentamento à Violência, Tatiane inicia
98 dizendo que não houve reunião no mês de agosto da Comissão propriamente, mas que
99 aconteceu a segunda reunião do Grupo de Trabalho do Pacto Estadual Maria da Penha,
100 no dia 26/08/2019, no Auditório da Secretaria de Desenvolvimento Social – SDS,
101 socializa algumas deliberações do Grupo Intersetorial, tais como: a definição por parte
102 dos Órgãos que assinaram o Pacto, dos representantes fixos, com o objetivo de dar mais
103 efetividade aos trabalhos. Após a indicação, será oficializado o grupo por meio de
104 publicação no Diário Oficial do Estado. Também a elaboração de uma espécie de
105 Regimento Interno para atribuir competências aos participantes, ficando o Senhor Pablo
106 Mafrá Figueiredo, do Ministério Público de Contas responsável por disponibilizar uma
107 minuta para discussão na próxima reunião. Apresentação dos dados da SDS -
108 Assistência Social, pela Camila, sobre os abrigos em Santa Catarina, onde restou
109 constatado que o Estado conta apenas com 11 abrigos, sendo que nenhum deles é do
110 Estado. Comentou que o Grupo de Trabalho está caminhando para fazer o diagnóstico
111 como previsto no Pacto, apresentando alguns indicativos de problemas e já propondo
112 soluções, nesse sentido, Rosaura sugeriu que o CEDIM enquanto coordenador do Grupo
113 de Trabalho questionasse os Órgãos, na medida em que as apresentações irão sendo
114 realizadas, sobre as propostas destes para solucionar os problemas encontrados. Ângela
115 diz que o trabalho em Rede é importante para apuração de dados, que devem ser
116 precisos para se ter subsídios para cobrar ações do executivo, que é quem executa as
117 políticas públicas. Paula fala da importância de um formulário padronizado para a
118 apuração dos dados. Tanara finaliza dizendo que a próxima reunião do GT será no dia
119 23/09/2019 as 13h30min., sem local ainda definido. Na sequência Paula, fala pela
120 comissão de Comunicação (item 5.2 da pauta) relata que também não houve reunião,



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

121 fala da dificuldade que as integrantes estão enfrentando para operacionalizar os
122 trabalhos frisa que se trata da comissão com o menor número de participantes e faz um
123 apelo para que mais conselheiras passem a contribuir. Aretusa fala sobre a possibilidade
124 do CEDIM através da Comissão de Comunicação publicar no site Santa Catarina por
125 Elas, se comprometendo a publicar no site as questões referentes ao CEDIM/SC,
126 também foi levantado sobre a possibilidade de um estagiário para auxiliar na
127 comunicação do Conselho, assim Paula sugeriu a estagiária do CEDIM, Carolina para
128 ajudar na Comissão. Carolina se colocou a disposição para ajudar na Comissão. As
129 conselheiras Heloise, Juliane e Julia, se colocaram à disposição para atuar na Comissão
130 de Comunicação. Durante a apresentação da Comissão de Comunicação, Célia pede
131 aparte para falar da situação da Conselheira Paula, reiterando, que seria encaminhado ao
132 Conselho Regional de Psicologia uma Carta falando da importância da permanência da
133 representação no Conselho, haja vista a mudança de diretoria da referida instituição,
134 bem como, solicita que o CRP mantenha a indicação da Paula. Paula por sua vez diz
135 que acha improvável que isso ocorra, mas frisa que o documento é importantíssimo para
136 que o CRP mantenha a representação no CEDIM/SC. Célia passa então para o item 5.3
137 da pauta, Comissão de Legislação, Normas e Orçamento, Letícia diz que a Comissão
138 não se reuniu, que teve uma demanda encaminhada pela Tanara do Município de
139 Xanxerê que pedia orientação jurídica a respeito da possibilidade de um Projeto de Lei
140 para garantir percentual de cadeiras na Câmara municipal para mulheres, embora não
141 tenha sido elaborado parecer, foi respondido que a matéria não pode ser objeto de Lei
142 Municipal, e que está em trâmite na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à
143 Constituição que prevê percentuais mínimos para cada gênero nas três esferas do
144 Legislativo. Aretusa fala sobre a importância da participação Comissão de Legislação,
145 Normas e Orçamento nos estudos para regulamentação da Normativa criada pelo
146 Governo no Agosto Lilás, que reserva até 5% das vagas nas contratações de serviços
147 terceirizados no Governo do Estado para mulheres em situação de vulnerabilidade
148 econômica decorrente de violência doméstica e familiar. Na sequência, foi formalizada
149 a Comissão da Conferência de Políticas para as Mulheres (item 5.4 da pauta), Paula
150 frisa que o CEDIM precisa formalizar um documento para orientar os municípios ainda



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

151 este ano, pois os municípios já estão questionando o Conselho a respeito Conferência.
152 Reitera que a proposta da Gerencia e do CEDIM para este ano é fortalecer e fomentar a
153 criação de Conselhos nos Municípios. Ficando deliberado que será marcada a primeira
154 reunião o mais rápido possível. Rita socializou as experiências junto ao CONSEA,
155 sugerindo que o documento orientador da conferência, apresente diretrizes para
156 mobilizar principalmente a sociedade civil. Questiona também se a Comissão de
157 Legislação, Normas e Orçamento pensou em solicitar orçamento, considerando o Plano
158 Plurianual – PPA. Sobre a última questão, Célia e Ângela explicam que é a Secretaria
159 de Assistência Social que solicita o orçamento, não depende de impulso da comissão.
160 Aretuza fala sobre a Programação Agosto Lilás (item 6 da pauta), que o objetivo era
161 concentrar no mês de agosto, mês alusivo aos 13 anos da Lei Maria da Penha, provocar
162 uma campanha estadualizada, que de forma Intersetorial foi possível concentrar essas
163 ações. Agradeceu todas as parcerias, especialmente ao CEDIM. Na sequência Celia
164 parabeniza Aretusa pela Campanha, bem como as conselheiras que participaram. No
165 item 7, aprovações de encaminhamentos, após ampla discussão sobre a situação da
166 Conselheira Paula, restou aprovado o encaminhamento de Carta ao Conselho Regional
167 de Psicologia, falando da importância da permanência da representação no CEDIM.
168 Também ficou deliberado que a Tatiane ocuparia a função de 1º Secretária, até finalizar
169 a situação da Paula junto ao CEDIM. Tatiane, por fim, retomou a discussão a respeito
170 da Nota de Repúdio a fala do Coronel Araújo Gomes, restando decidido pelas
171 conselheiras, que o CEDIM também não emitiria a Nota de Repúdio, no momento.
172 Ficando a sugestão de o CEDIM encaminhar uma Carta ao Coronel Araújo Gomes,
173 colocando a posição do Conselho, bem como pedindo esclarecimentos. Finalizado o
174 item, Célia dá continuidade ao item 10, Informes Gerais aonde Tanara apresentou o
175 documento que consolida a datas de realização da V Conferência. Tanara mencionou as
176 justificativas das Conselheiras ausentes e essas foram deliberadas. Nada mais havendo a
177 tratar, Célia agradeceu a participação de todas e deu por encerrada a 7ª Reunião Plenária
178 Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2019. Eu, Tatiane, 1ª Secretária da Mesa CEDIM/SC,
179 lavrei a presente ata e junto a Célia, Presidenta do CEDIM/SC assinamos.